

**ÉTICA, SEXUALIDADE E FORMAÇÃO PARA A AUTONOMIA –
PROVOCAÇÕES KANTIANAS À DISCUSSÃO PEDAGÓGICA SOBRE A
DIVERSIDADE SEXUAL**

Avelino Aldo de Lima Neto *

Resumo

O artigo pretende provocar reflexões sobre a relação, na filosofia prática de Kant, entre a sua moral sexual, a tomada livre de decisões e o papel da educação neste contexto. Para tanto, centramos-nos nas obras e textos do período crítico do autor, como também em críticos destas mesmas obras. Num primeiro momento, apresentamos o arcabouço geral das condenações kantianas ao uso da sexualidade fora do casamento, como também as influências por ele sofridas e como estas se constituem em moralismos, produtores de preconceito; posteriormente, mostramos a tensão entre a autonomia e a teleologia da sexualidade; por fim, expomos como os juízos condenatórios podem ser superados quando contrapostos à análise da categoria do esclarecimento, advinda da educação. Este percurso, ao nosso ver, levou a concluir que a humanidade – categoria central para a preservação da moralidade – não é degradada quando se tomam decisões concernentes à própria sexualidade.

Palavras-chave: sexualidade; humanidade; liberdade.

Sexualidade em Kant: localizando a discussão pedagogicamente

À primeira vista, pode parecer estranha a tentativa de relacionar Kant com a possibilidade de trabalhar questões de diversidade sexual. O filósofo alemão não é nada indulgente com relação às práticas sexuais não-heterossexuais e realizadas fora do casamento. Na verdade, ele as considera vícios bestiais (cf. KANT, 1992, p. 32), contra a natureza e, até mesmo, inomináveis, tornando os envolvidos inferiores aos animais, sendo necessário até mesmo certo pudor e cuidado ao se falar de coisas tão horrendas como estas perversões do propósito natural da sexualidade humana (cf. KANT, 2005, p. 120; p. 351). A ética sexual proposta por Kant, como se percebe, é perfeita para aqueles que querem fazer uma defesa da heteronormatividade. Pode até ser utilizada, quem sabe, em pregações religiosas sobre a beleza da castidade e do sagrado matrimônio.

Por que, então, escolheríamos Kant para trazer contribuições à discussão sobre o trabalho pedagógico com a diversidade sexual e de identidades de gênero? Pelo simples fato de que o próprio Kant, por ser conservador e pessimista quanto à sexualidade,

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

representa o imaginário ético popular sobre a suposta imoralidade da homossexualidade, bem como os outros juízos morais presentes nos discursos populares, muitas vezes influenciados pela moral judaico-cristã, da qual o Ocidente é herdeiro. Obviamente, o discurso kantiano, ao contrário daquele das massas, é filosoficamente sistematizado, com um arcabouço conceitual sólido, denso, de árdua compreensão e nem sempre claro. Às vezes, resta-nos recorrer às interpretações dos especialistas, que nem sempre são concordes entre si. Porém, se de um lado Kant fecha as possibilidades de considerarmos a diversidade sexual algo moral, de outro, em sua própria doutrina, ele abre espaço para a formação de um sujeito autônomo, por meio do exercício da liberdade, considerada um valor incondicional. Quem realiza esse processo de saída da heteronomia para a autonomia, isto é, de libertação da própria razão do domínio de outrem, aprendendo a pensar e a tomar decisões por si próprio, torna-se esclarecido, autônomo (KANT, 2005b, p. 1). A ascensão para a autonomia, ao nosso ver, pode lançar luzes sobre o problema da sexualidade em Kant.

Sem dúvida, a educação é essencial neste processo de esclarecimento, pois ela “leva o educando ao ponto em que ele mesmo assume, com autonomia, a lei moral em si, o imperativo categórico” (RÖHR, 1993, p. 73). Este é o objetivo principal da educação para Kant. Essa mesma educação viabiliza a saída paulatina do senso comum para a atividade racional sistematizada; ela, hábil em trabalhar com conceitos, poderá contrapor os preconceitos existentes no ambiente estudantil contra as diversas expressões da sexualidade. O que se pretende, neste artigo, é provocar reflexões éticas sobre o papel da educação no que concerne ao cuidado com as questões aqui em xeque, a fim de que ela possa ser um agente ativo da derrocada dos moralismos na escola e da promoção do respeito à diversidade, bem como da formação para o exercício da autonomia, na liberdade, principalmente daqueles que se veem impedidos, pelos preconceitos, de serem livremente o que são ou o que desejam ser.

Preconceitos de ontem e preconceitos de hoje

Kant era cristão protestante. Carregava consigo a herança da moral sexual cristã, já influenciada, por sua vez, pelo judaísmo. Para ele, a moralidade da sexualidade está vinculada à função de preservação da espécie, isto é, à procriação. Este era um propósito da própria natureza. Mas isso não bastava para tornar uma relação moral. Uma

pessoa que tem relações sexuais somente para usufruir do prazer sexual que o parceiro pode oferecer, jogando-o fora depois, como quem mata a fome com uma costela de porco (cf. KANT, 1997, p. 157), está cometendo uma grave falta moral. Utilizar uma pessoa para a satisfação do apetite sexual é desprezar a humanidade desta, dado que o indivíduo estaria sendo usado somente como um meio, e não como um fim em si mesmo, o que é exigido devido à sua natureza racional, que é sempre um fim em si mesma (cf. KANT, 1960, p. 67). Para Kant, o único modo de impedir que o ser humano seja coisificado, no uso da sexualidade, é no casamento. Nele, homem e mulher entregam a humanidade um ao outro, mutuamente; ao receber o outro no ato sexual, não recebe somente a genitália, mas a pessoa inteira e, com ela, recebe a própria humanidade que ele havia entregue (cf. KANT, 1997, pp. 158-159) ao parceiro. Desta forma, o respeito à humanidade é preservado.

Numa relação gay, para Kant, isso é impossível de acontecer. Ele afirma que

esta prática também é contrária aos fins da humanidade; pois o fim da humanidade em relação à sexualidade é preservar a espécie sem degradar a pessoa; mas nesta instância a espécie não está sendo preservada (...), ao invés, a pessoa é desprezada, o eu é degradado abaixo do nível dos animais, e a humanidade é desonrada. (KANT, 1997, p. 161) (tradução nossa)

Numa relação de sexo casual entre um homem e uma mulher, poderia haver reprodução (cumpriria o fim da natureza em relação à sexualidade), mas, mesmo assim, haveria degradação da pessoa, pois não há a mutualidade da entrega, como há no casamento. Já numa relação homoafetiva, nem há reprodução – como pede o fim da natureza em relação ao impulso sexual – nem há preservação da humanidade dos indivíduos – o que é absolutamente central para a efetivação da moralidade. Quem age contrariamente a estes propósitos, está infringindo um dever para consigo mesmo, conforme afirma o próprio Kant na *Metafísica dos Costumes* (2005, pp. 350-351). Que o sexo gay não leva à preservação da espécie é óbvio, e se encaixa, a priori, perfeitamente no raciocínio condenatório kantiano. Mas o porquê de a humanidade dos indivíduos ser degradada numa relação gay não fica claro (cf. NAHRA, 2005, p. 88). Aqui não queremos adentrar nas críticas às justificativas kantianas para a condenação da homossexualidade, mas apenas apresentá-la e apontar que, em alguns aspectos, é semelhante às objeções feitas pelo senso comum dos estudantes aos amigos gays ou lésbicas na escola. Como afirmamos anteriormente, é claro que não podemos comparar a sistematicidade da filosofia kantiana

aos argumentos do senso comum levantados no ambiente escolar. Podemos dizer, porém, que ambos são preconceitos. No caso de Kant, um preconceito refinado, pois sua interpretação do uso da humanidade das pessoas reflete a

tradição da ética teológica que Kant herdou dos seus predecessores, que ele ensinou por tantos anos em cursos padrão na Universidade de Königsberg (...). Como a maioria dos cristãos educados do século dezoito, Kant acreditava que o suicídio, o sexo extra-marital, a masturbação e atos homossexuais são moralmente errados. (...) [Ele] pode ter sido um inovador radical na teoria moral e um pioneiro quando se trata da compreensão da estrutura racional do raciocínio moral. Mas em ética prática, ele era um profundo conservador (GREEN, 2001, p. 253). (tradução nossa)

É perceptível a ligação kantiana com a moral cristã. O filósofo estabelece premissas diferentes, mas chega à mesma conclusão dos grandes teólogos e filósofos do cristianismo medieval, como Agostinho e Tomás de Aquino, que forjaram a moral sexual desta tradição espiritual. Para eles, o ato sexual deve ao menos ser feito levando em consideração a possibilidade da procriação. Disso pressupõe-se que só pode acontecer entre homem e mulher, e quando isso não acontece, estamos diante de uma interrupção ou deturpação da ordem naturalmente estabelecida [por Deus]. Ademais, o próprio prazer sexual só é tolerado, na perspectiva agostiniana, para impedir que os cônjuges caiam em adultério ou fornicação. Apenas numa etapa final de seu pensamento sobre a sexualidade, Agostinho admite que a legitimidade da relação matrimonial repousa, na verdade, sobre o amor dos esposos. Do contrário, nesta fase da vida, quando a libido já não é tanta quanto na juventude, o sacramento se dissolveria, pois pode não haver mais interesse sexual, muito menos procriação (cf. COSTA, 2003, p. 378-382)¹. Aquino retoma a teleologia aristotélica da natureza, afirmando que o sêmen, apesar de ser supérfluo em relação ao indivíduo, não o é em relação à propagação da espécie. Por isso, deve ser sempre emitido tendo em vista a procriação, que é o propósito do ato sexual (AQUINO, 1967, p. 143)². Ainda hoje, o Catecismo da Igreja Católica (CIC), que representa o magistério oficial desta

¹ Kant também considera esta mesma possibilidade: “O fim de procriar e educar os filhos pode ser um fim da natureza, em vista do qual esta inculca a atração recíproca dos sexos; mas não se exige à pessoa que se casa que para a *licitude* da sua união tenha que se propor esse fim; pois que se assim fosse, quando cessasse a procriação haveria concomitantemente lugar à dissolução do casamento”. (KANT, 2005, pp. 120-121)

² Vale lembrar que os argumentos kantianos sobre a sexualidade se baseiam em pressuposições teleológicas da natureza para este âmbito da existência humana, assemelhando-se, deste modo, ao pensamento de Tomás de Aquino. Para ele, os órgãos (parte) estão em íntima relação com o ser humano/humanidade (todo). Sem essas pressuposições, seus argumentos caem por terra. Cf. KANT, 2002, pp. ??? e NAHRA, 2005, pp. 88-92)

denominação cristã, ainda utiliza o argumento dos fins da sexualidade. Esta instituição considera a masturbação um ato “intrínseca e gravemente desordenado”, pois, segundo ela, tal prática leva a um prazer solitário e egoísta e não tem em vista a procriação (cf. CIC, §2352). Sobre a homossexualidade, nomeada de “inclinação objetivamente desordenada”, a mesma instituição afirma que

a tradição sempre declarou que "os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados". São contrários à lei natural³. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados. (cf. CIC, §2357)

Neste sentido, podemos afirmar que esta dimensão específica da moral cristã, na verdade, é uma deturpação da moral, a que nós chamamos de *moralismo*. Trata-se de uma moral moralista. Por quê? Se partirmos do pressuposto de que a moral (e, de um modo especial, a kantiana) tem como parâmetro orientador a universalidade, constataremos mais claramente que determinados juízos não têm consistência ética. Afirmações como “masturbar-se é errado”, “ser gay é errado”, “sexo anal é errado”, são, todas elas, moralistas, dado que temos aí a condenação de práticas, hábitos, costumes ou comportamentos que não causam nenhum prejuízo – *a priori* – na vida do indivíduo nem dos que com ele convivem, ou até mesmo da sociedade como um todo⁴. Se colocássemos sob o crivo da universalização kantiana as afirmações acima, todas elas resistiriam. Não aconteceria nenhuma catástrofe mundial se todos resolvessem se masturbar, ou que resolvessem praticar sexo anal. E se todos fossem homossexuais? A espécie humana iria acabar? É óbvio que não. A ciência já dispõe de técnicas avançadas no que se refere à reprodução, permitindo aos casais homoafetivos serem pais e mães. Percebe-se, então, que não são esses comportamentos que são errados (cf. NAHRA, 2002, pp. 50-55). O moralismo em relação à diversidade sexual e identidades de gênero, sim, é errado, imoral e eticamente condenável, pois desrespeita as diferenças, próprias da humanidade e das escolhas das liberdades individuais, e emite juízos valorativos sobre hábitos e práticas que,

³ Percebe-se que persiste a referência a uma suposta lei natural, que ordena e orienta os comportamentos e práticas para os fins previamente estabelecidos pelo Criador para a natureza humana. Como já se afirmou anteriormente, trata-se de uma herança aristotélica cristianizada por Aquino e tomada pelo cristianismo como fundamento para a construção de sua moral, particularmente no que concerne à sexualidade. Kant, como se vê, herdou este raciocínio e o traduziu em termos de filosofia moderna.

⁴ É preciso ressaltar que práticas que levem a danos no próprio corpo ou na saúde de um modo geral, terão um julgamento moral diferenciado.

objetivamente e essencialmente, não são más. Temos diante de nós, com isso, um problema que, devido às estruturas heteronormativas da nossa sociedade, fica invisibilizado: o moralismo sexual tem o poder de corroer as subjetividades ao ponto de destruí-las, causando danos muitas vezes profundos nos indivíduos. Ele impõe sobre a consciência das pessoas amarras ascéticas que, no fundo, são provenientes de uma demonização do corpo e do uso dos prazeres, cerceando ou até mesmo impedindo o exercício da liberdade. O cristianismo, por diversos motivos, mas sobretudo por determinadas influências filosóficas e teológicas, foi se tornando um dos propulsores dessa moral, criando interditos para o prazer por considerá-lo um mal, mesmo que necessário para a procriação, como se vê no pensamento agostiniano. Como, por razões históricas, recebemos a religião cristã em nossa formação cultural imaterial, também herdamos, mesmo que por introjeção passiva, essa lógica valorativa com relação à sexualidade, lógica esta que se constitui num dos fundamentos para as atitudes de preconceito que, por sua vez, levam à discriminação dos cidadãos.

Aqui entramos em confronto com a proposta moral kantiana: o cristianismo ou qualquer outra tradição religiosa pode pedir o que quiser dos seus fiéis, até mesmo que sejam celibatários. Suas concepções morais, baseadas em princípios de fé ou de filosofia religiosa, sobre o uso do sexo, é uma questão particular da crença. Justamente por isso, por ser uma moral específica do grupo religioso, é inconcebível que ela pretenda ser seguida por todos os cidadãos. Desta maneira, ela não pode ser universalizada, até porque os motivos que levam alguém a agir de tal ou tal forma, nas religiões, parte de princípios heterônomos, isto é, alheios ao dever em si mesmo, à forma da lei, o que entra em confronto direto com o princípio fundamental da moral kantiana, que é o agir pelo motivo do dever. Mas é essa exaltação do moralismo que vem acontecendo, por exemplo, de maneira absurda, em nosso Congresso Nacional. As bancadas de parlamentares católicos e evangélicos se opõem a projetos de lei que concedem direitos aos cidadãos LGBTs, por considerarem que tais direitos, na verdade, subvertem a ordem natural da criação de Deus. É o moralismo e o preconceito institucionalizando-se na voz dos que detêm o poder de legislar e executar as leis.

Entre sexualidade, liberdade e educação

Pelo fato da moral kantiana organizar-se de maneira extremamente objetiva, obrigando os indivíduos, pelo imperativo categórico, a submeter as máximas que orientam as suas ações ao crivo da universalização, também ela pode parecer, à primeira vista, moralista. Certamente, a homossexualidade não resistiria, na visão do filósofo, à universalização, posto que se todos os indivíduos do mundo fossem ou se tornassem gays, o fim para o qual o impulso sexual está direcionado pela natureza não iria acontecer. Hoje, como anteriormente já comentamos, isso já não seria um problema. Mas a questão urgente, para nós, é a seguinte: por desconsiderar as diferenças, partindo do pressuposto que existe um fim previamente estabelecido pela natureza para o uso do sexo, a moral kantiana já exclui, de per si, os homossexuais da vida moral, relegando-os à marginalidade ética. Na verdade, em outras palavras, para Kant é impossível que um indivíduo que pratique a homossexualidade seja ético. O seu raciocínio é taxativo quanto a isso, apesar de sua argumentação nem sempre ser clara. Por outro lado, o princípio da autonomia no exercício da liberdade parece abrir uma brecha para a moralização do indivíduo gay. O que se constata, portanto, é uma tensão entre a autonomia do homem esclarecido e a teleologia kantiana da sexualidade. É sobre esta tensão entre raciocínio teleológico e esclarecimento que nos debruçaremos doravante.

Lembremos que Kant apresenta dois motivos para a condenação da homossexualidade: a impossibilidade de cumprir o fim da preservação da espécie e a degradação da humanidade dos indivíduos envolvidos. Contudo, lembremos também que o filósofo não deixou claro o porquê desta degradação. Ele afirma que a humanidade é a capacidade racional de propor, organizar e seguir fins. Mas não são quaisquer fins que devem ser seguidos. Fins sugeridos pelas inclinações sensíveis devem ser desprezados, pois são contingentes, não possuem valor absoluto em si, e, deste modo, não podem ser universalizados. Então, qual é o fim que tem valor absoluto em si mesmo? Kant afirma que é a humanidade mesma, e por isso apresenta sua terceira formulação do imperativo categórico, a chamada *Fórmula da Humanidade* ou *Fórmula do Fim em si mesmo*: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (KANT, 1960, p. 68). Para que isso se concretize, isto é, para que ajamos de tal modo que tratemos a humanidade sempre como um fim e nunca simplesmente como um meio, exige-se

que nós fazamos da capacidade humana de livremente escolher fins nosso fim em si mesmo e nunca meramente um meio. Em contrapartida, Kant assume que fazer da capacidade livre de escolher nossos fins o nosso fim último, e nunca meramente um meio, se requer a preservação e a promoção da capacidade de escolher e realizar fins particulares (GUYER, 2002, p. 165) (tradução nossa).

Desta forma, a liberdade assume um papel essencial, segundo Guyer, na efetivação da moralidade. Mas a interpretação acima pode dar a entender que só estaremos respeitando a humanidade à medida que façamos escolhas do modo como bem quisermos, aleatoriamente. Não é isto que Kant quer dizer. É preciso recordar que a verdadeira liberdade, em Kant, é submeter as próprias máximas ao imperativo categórico, pois assim se saberá se são realmente morais. Na *Fundamentação*, ele mesmo afirma que “não é suficiente derivar a liberdade da nossa vontade, por qualquer razão, se nós não temos fundamentos suficientes para derivar a mesma de todos os seres racionais” (KANT, 1960, p.). É preciso considerar que a moralidade só se torna possível quando as máximas que orientam a minha vontade não entram em confronto com as máximas de outrem. Assim, a liberdade de se propor e seguir fins, sendo derivada da racionalidade de todos os seres humanos, poderá promover ações morais. Com isso,

a primeira condição de tratar a humanidade tanto em nossa própria pessoa quanto na dos outros como um fim e nunca simplesmente como um meio é que cada um de nós deve escolher máximas de ação que sejam compatíveis com a nossa própria liberdade de estabelecer nossos fins e com a liberdade de definir seus próprios fins de qualquer outra pessoa que possa ser afetada por nossa própria escolha de máximas (GUYER, 2002, p. 165) (tradução nossa).

A capacidade de, com liberdade, de se propor fins, é a característica central daquilo que Kant chama de humanidade. Pode-se afirmar até mesmo que só há humanidade com liberdade. Se trouxermos a homossexualidade, por exemplo, para esta discussão, veremos que ela resiste a estas premissas. A prática da homossexualidade não destrói, limita ou restringe a liberdade de escolha do próprio indivíduo, muito menos dos outros. Um casal homossexual não degrada, deste modo, a sua humanidade. Pelo contrário: escolhendo esta prática ele realiza a integralidade de sua humanidade, à medida que se propõe fins que não agridem nem a sua capacidade de escolhas nem a do outro. Convém ressaltar que, levando em consideração que a homossexualidade é uma orientação sexual, isto é, “a atração e o desejo sexuais (paixões, fantasias) do indivíduo por um outro de um gênero particular” (SOUSA FILHO, 2010, p. 112), e que tal desejo independe da opção

e/ou deliberação arbitrárias do indivíduo, quando este assume e expressa em práticas a pulsão sexual que tem em si, ele não está nada mais que sendo quem realmente é. A liberdade do indivíduo só vai se materializar quando ele se tornar aquilo que é, e não de ser o que se padroniza como o padrão normal sexual. Na verdade, se uma pessoa homossexual ou trans fosse obrigada a ser heterossexual ou assumir uma identidade de gênero diferente da sua, teríamos aí uma violência à liberdade e, por conseguinte, à própria humanidade dela. O desejo sexual escapa à tentativa de associá-lo à estrutura biológica do ser humano. O sexo biológico não determina nem o objeto nem os modos de se buscar o prazer, e as expressões sexuais escapam às tentativas de explicação naturalistas como é a de Kant, pois pervertem o suposto objetivo natural da sexualidade, que seria a reprodução (cf. CECCARELI *apud* SOUSA FILHO, 2009, p. 114).

Desta forma, tanto o argumento do fim natural do impulso sexual – a procriação – quanto o argumento da degradação da humanidade são relativizados, se assumirmos a perspectiva de Guyer. Como lembra Lara Denis (1999, pp. 237-238; p. 247), apesar do argumento dos fins da natureza indicar à razão uma compreensão do funcionamento dos órgãos e do próprio ser humano como membro da espécie humana, ele não é capaz de nos dizer como devemos agir se levarmos em consideração as exigências da fórmula da humanidade. Procriar é possível por meio da fertilização *in vitro* e inseminação artificial. Ademais, num senso mais amplo, até mesmo o cuidado com as pessoas, com as crianças pobres, por exemplo, pode ser um meio de colaborar na preservação da espécie humana, e, deste modo, o indivíduo cumpriria o fim exigido. O que acontece de problemático, na argumentação kantiana sobre a sexualidade, é que há uma supervalorização do argumento teleológico em detrimento do da degradação da humanidade, quando é este último, na verdade, que se constitui no núcleo de sua filosofia prática, visto que nele se concentra a reflexão sobre o cumprimento dos deveres para consigo mesmo graças à capacidade racional do ser humano, e, a partir daí, da possibilidade de efetivação da moralidade no mundo. Não queremos dizer aqui, no entanto, que o argumento teleológico não tem sua importância na ética de Kant. Pelo contrário, ele é central e foi, por muito tempo, deixado de lado. Sem a pressuposição de uma teleologia não é sequer possível de falar da efetivação da moralidade pretendida, já que o fim da própria razão, se considerada órgão na natureza, é fundar a boa vontade. E, sem boa vontade, não há moralidade (cf. NAHRA, 2009, p. 302).

Aqui, porém, o que intentamos fazer notar é que a humanidade – capacidade racional de se propor fins – adquire mais relevância, para o nosso objetivo, pois descortina a possibilidade de se provar que é possível estabelecer um fim para si mesmo, pela liberdade, que seria a prática da homossexualidade, sem manchar o imperativo categórico. Neste sentido, é possível falar que urge prover o ser humano dos elementos necessários para chegar a esse nível de liberdade, e isso se dá pela educação, que é responsável por fazer do homem o que ele é (cf. KANT, 1993, p. 75). Em toda a obra crítica do autor aqui estudado, podemos notar referências implícitas e explícitas à educação moral do cidadão. Mas é dos textos *Lições sobre educação* e *Resposta à pergunta: “O que é o Esclarecimento?”* que poderemos haurir contribuições importantes na relação entre sexualidade, liberdade e educação.

O texto *Lições sobre educação* “é o único de Kant que se concentra diretamente na questão educacional, e com isso permite uma visão integral dos demais fragmentos o seu pensamento pedagógico, que se encontram espalhados praticamente por toda a sua obra” (RÖHR, 2003, p. 72). Ademais, a relação deste texto com “a obra crítica em geral permite identificar a fundamentação teórica da educação em Kant” (RÖHR, 1993, p. 72), e isso é perceptível para nós ao longo deste texto, no qual insistimos nas ideias de humanidade e liberdade, por exemplo. Tal educação se constitui num conjunto composto por cuidados, disciplina (ascese moral), instrução e formação. Entre estes, a disciplina ocupa uma função especial na formação para a moralidade – objetivo último da educação – dado que ela é responsável por transformar a animalidade em humanidade, humanidade esta que é o fim para o qual estão destinados os homens. Neste itinerário de ascensão moral, os seres humanos são atrapalhados pelas inclinações animais, presentes neles mesmos. A disciplina serve, então, para frear estes impulsos. Por isso, a educação assume um papel privilegiado no projeto crítico kantiano, à medida que ela conduz o homem – e a espécie humana – à perfeição (cf. KANT, 1993, pp. 74-77).

A educação deve proporcionar o florescer de todas aquelas qualidades que o ser humano traz consigo, visto que estas não se desenvolvem espontaneamente. Dentre elas, de maneira especial, a liberdade merecerá atenção específica por parte do educador, para que o homem não a use de maneira errônea, seguindo todos os seus caprichos. Esta capacidade deverá ser disciplinada para que os homens escolham os fins bons, contribuindo para a edificação da moralidade na sociedade. O *telos* da educação em Kant, e

para nós isto é claro, é a moralização dos indivíduos (cf. KANT, 1993, pp. 75-80), e este projeto já estava claramente demonstrado nas obras críticas. O educador, então, emerge como aquele que acompanha o educando neste processo de cuidado com a própria liberdade, instruindo-o a submetê-la às leis da razão, para que a sua humanidade se desenvolva, de fato, a fim de que não permaneça no nível da animalidade. Neste sentido, seria impossível o educador, na perspectiva kantiana apresentada nas *Lições sobre educação*, incentivar o aluno a seguir sua orientação sexual homossexual, por exemplo, pois ela vai contra os fins da humanidade em relação ao impulso sexual, e, segundo Kant, rebaixa o ser humano abaixo do nível dos animais (cf. KANT, 2005, p. 120), fato contra o qual a educação deve se opor veementemente.

No entanto, se partirmos para a análise do outro texto do autor, relevante para a discussão pedagógica, o famoso *Resposta à pergunta: “O que é o esclarecimento?”*, também escrito em seu período crítico, poderemos levantar outras possibilidades de acompanhamento educativo das questões referentes à sexualidade. Neste texto, Kant faz uma reflexão sobre a realidade da época das luzes, sobre o *Aufklärung*. Em português, o termo foi traduzido por *esclarecimento*, querendo acentuar o seu aspecto essencial, qual seja, o de ser um “processo e não uma condição ou uma corrente filosófica ou literária, que a razão humana efetua por si mesma para sair do estado que Kant chama ‘menoridade’, a submissão do pensamento individual ou de um povo a um poder tutelar alheio” (KANT, 2005b, p. 63, N.T.). Muitas pessoas encontram-se no estado de menoridade, segundo Kant. Toda vez que submetemos a nossa própria razão à tutela de outrem, seja o Estado, o patrão, a Igreja, estamos na menoridade. Muitos permanecem nesse estado por pura preguiça e covardia de enfrentar o pensamento dos outros, e são tão acostumados a assim permanecerem que chegam a considerar a passagem para a maioridade algo perigoso, pois não sabem lidar com a própria razão nem com os desafios que ela pode enfrentar, muitas vezes, sozinha. E o que se exige para o homem chegar à maioridade, ou seja, ao esclarecimento? Exige-se a liberdade, a capacidade de “fazer uso público de sua razão em todas as questões” (KANT, 2005b p. 65), por mais limitado – por questões profissionais, religiosas, civis – que o indivíduo seja para empreender tal tarefa. E quando alguém, seja a nível individual ou institucional, intenta impedir o esclarecimento, comete “um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste precisamente neste avanço” (KANT, 2005b, p. 68).

Partindo destas premissas, podemos pensar, neste momento, sobre o indivíduo que resolve tomar algumas decisões referentes à sua sexualidade e/ou identidade de gênero. Estaria Kant aprovando essa atitude de tomar a decisão de concretizar o desejo homossexual, por exemplo, pelo fato de ser uma decisão tomada impulsionada pela liberdade e pelo exercício autônomo da razão? O indivíduo que toma essa decisão, dá a lei a si mesmo, isto é, toma a decisão por conta própria, saindo da tutela de toda e qualquer pessoa e/ou instituição que condene ou tente controlar o seu desejo, seu modo de ser ou suas expressões sexuais. Tomar a decisão por si mesmo é a autonomia. Negar-se essa atitude esclarecida, negar o esclarecimento “significa ferir e calcar aos pés os sagrados direitos da humanidade” (KANT, 2005b, p. 69). Referindo-se às questões religiosas, Kant louva o príncipe que deixa os súditos livres para tomar suas decisões neste âmbito da vida civil, e afirma que este governante contribuiu, de maneira institucional, para libertar o homem da menoridade, pois “deu a cada homem a liberdade de utilizar sua própria razão em todas as questões da consciência moral” (KANT, 2005b, p. 70). Essa liberdade na tomada das decisões, como vimos, caracteriza a humanidade verdadeira, não só neste texto em xeque, mas na própria *Metafísica* e nas *Lições sobre Ética*, onde Kant desenvolve sua doutrina de moral sexual. E, apesar de estar se referindo, na citação anterior, à liberdade religiosa, o filósofo se refere a “todas as questões de consciência moral”. A sexualidade se insere neste contexto. O indivíduo pode permanecer na menoridade, impedido de tomar decisões por si mesmo, por achar – graças a influências de tutores, como o Estado, a Igreja, doutrinas diversas – que esta ou aquela prática ou expressão do desejo sexual é errada, anormal ou imoral. Por outro lado, pode sair deste estado de menoridade, se, pela razão, constata que não há absolutamente nada de errado em sua sexualidade e/ou identidade de gênero, e que assumi-la e vivê-la o emancipará, isto é, o tornará esclarecido – alguém que alcançou a maturidade racional e fez uso da própria liberdade, tomando uma decisão difícil que traz implicações práticas cotidianas a serem assumidas como consequências da própria escolha autônoma. Invertendo a argumentação kantiana, chegaríamos a seguinte conclusão: a animalidade e a selvageria, na verdade, existem quando o indivíduo é incapaz de pensar e de decidir por si próprio, permanecendo sob a tutela de outrem. O indivíduo que se tranca ou é trancado no armário, esse é o animalizado, o selvagem. O armário é a menoridade da sexualidade. A educação e o educador, neste contexto, assumem uma dimensão esclarecedora, em termos kantianos. E isto também já estava implícito no argumento das

Lições sobre educação, já que o indivíduo, ali, também deveria ser educado para fazer o uso adequado de sua liberdade. E só há emancipação concreta com a autêntica assunção da própria orientação sexual e/ou identidade de gênero, graças ao poder da liberdade pessoal.

Considerações finais

O que foi exposto nos leva a crer que, diante de Kant, estamos numa aporia pedagógico-moral. De um lado, temos o incentivo para a assunção da autonomia, da livre tomada de decisões, como indica o próprio autor no texto *Resposta à pergunta: “O que é o esclarecimento?”*. Neste mesmo lado, também se situa a valorização da humanidade enquanto fim último a ser sempre respeitado, fim que se traduz na capacidade de propor e estabelecer fins particulares, disposição que recebe o nome de liberdade – consoante a interpretação de Guyer da fórmula da humanidade. Trata-se de uma liberdade que se exerce graças à saída da dominação racional de outrem, seja quem for, e é capaz de tomar decisões por si próprio, de estabelecer fins particulares – o que constitui a humanidade – motivados por máximas que possam ser aceitas por todos, preservando a liberdade de todos os outros seres racionais (cf. GUYER, 2002, p. 166). A nós, isto parece ser perfeitamente possível na homossexualidade.

De outro lado, temos as palavras de condenação expostas com rigidez na *Metafísica dos Costumes* e nas *Lições sobre Ética*. Comportamentos e práticas sexuais que não sejam realizadas dentro do contrato matrimonial – que garante a legitimidade no uso do impulso sexual, e, portanto, a moralidade de uma relação sexual – são, todas elas, imorais. A homossexualidade, além de imoral, é contra a natureza, pois, não possibilitando a procriação, agride a ordem natural estabelecida pela natureza com relação ao uso do sexo. E, sabemos nós, em Kant, toda a natureza está teleologicamente organizada para a efetivação da moralidade. O corpo e seus órgãos têm funções específicas (cf. NAHRA, 2005, pp. 88-92). Perverter essa ordem é incorrer objetivamente contra a realização de um reino da moralidade no mundo. Por isso, o filósofo condena energicamente o sexo homossexual.

A perspectiva condenatória de Kant, entretanto, é superada por muitos dos seus intérpretes contemporâneos. Eles apontam as fragilidades tanto na fundamentação dos argumentos quanto na debilidade destes face aos novos desenvolvimentos científicos. Guyer, como vimos, encontra uma brecha no argumento da humanidade que se incorpora

no uso da liberdade, tornando-se valor absoluto. Ele tira essas conclusões do próprio *corpus* teórico kantiano. Nahra (cf. 2005, pp. 111-114), porém, não acredita que seja possível chegar a essa conclusão partindo do próprio sistema de Kant, mas que é preciso abandoná-lo, caso queiramos mostrar a fraqueza de seu pensamento. É ponto pacífico entre os estudiosos, porém, que os argumentos do fim natural da sexualidade e da degradação da humanidade são objetáveis, não se constituindo em entraves filosóficos para a defesa da diversidade sexual e de identidades de gênero.

O lugar ocupado pela educação, neste juízo moral sobre a sexualidade, é que nos parece ser essencial. Assumindo uma perspectiva emancipadora, a educação se torna um processo através do qual o indivíduo irá exercitar a própria autonomia e a própria maioria, de acordo com suas necessidades. A orientação para deixar-se guiar por máximas que não entrem em confronto com a liberdade alheia, como é o caso da tomada de decisão para a prática da homossexualidade ou para a assunção de uma determinada identidade de gênero, ao nosso ver, não impede a efetivação da moralidade no mundo. Muito pelo contrário: ao incentivar o indivíduo para assumir com autenticidade a própria existência, favorecendo suas decisões neste sentido, o educador se torna promotor do esclarecimento. Não qualquer decisão, não qualquer ação ou capricho. A decisão de ser aquilo que se é só é possível com a conquista da autonomia. Se a educação não favorecer a localização da pessoa humana no mundo, não cumpre sua função de esclarecer e de promover a humanidade – no indivíduo e no todo.

Referências

AQUINO, Santo Tomás de. **Suma contra los gentiles**. Madrid, Editorial Católica: 1967.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Brasil: Vozes, Paulinas, Loyola e Ave Maria, 1993.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Evolução da doutrina ético-moral agostiniana sobre a sexualidade. **Revista Veritas**. Porto Alegre, v. 48, pp. 375-390, 2003.

DENIS, Lara. Kant on the wrongness of “unnatural” sex. **History of Philosophy Quarterly**. v. 16, pp. 225-248, 1999.

GREEN, Ronald M. What does it mean to use someone ‘as a means only’: rereading Kant. **Kennedy Institute of Ethics Journal**. v. 11, pp. 247-261, 2001.

GUYER, Paul. Ends of Reason and Ends of Nature: The Place of Teleology in Kant’s Ethics. **The Journal of Value Inquiry**. vol. 36, p. 161-186, 2002.

KANT, Immanuel. **A Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. **Lectures on Ethics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. Resposta à pergunta: “O que é o esclarecimento?” in _____. **Textos seletos**. Trad. Raimundo Vier; Floriano de Souza Fernandes. Vozes: Petrópolis, 2005.

NAHRA, Cinara. **A morality for the third millennium: prostitution, homosexuality and sadomasochism in the light of Kant and Mill**. 2005. 234 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de Essex, Londres, 2005. (trabalho não-publicado)

_____. Moral e Moralismo. **Presença Ética**. Recife, v. 02, pp. 45-65, 2002.

_____. O uso do princípio teleológico dos seres vivos em Kant. **Kant e-Prints**. v. 4, pp. Campinas, 297-306, 2009.

RÖHR, Ferdinand. Por que traduzir um texto pedagógico de Immanuel Kant nos tempos de hoje? Introdução a uma tradução parcial das *Lições sobre Educação*. **Revista Tópicos Educacionais**. v. 11, pp. 71-73, 1993.



SOUSA FILHO, Alípio de. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude *in* JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Unesco, 2009.